
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044000259**DE: 20/01/2017****INTERESSADO: Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira****ASSUNTO: Autorização**

Parecer/Voto CEE/CEB N. 272/2017**1. Histórico**

A **Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira**, localizada na Av. Paranaíba, S/N, Setor Serra Azul, Buriti de Goiás- GO, por meio de sua gestora, requer deste Conselho a validação de estudo, o credenciamento e a autorização de funcionamento da educação infantil.

Constam nos autos os seguintes documentos:

- ✓ Ofício, fl. 02;
- ✓ Lei de Criação, fl. 03 e 41;
- ✓ Decretos, fls. 04/05;
- ✓ Certidões, Currículos e Diplomas, fls. 06/40;
- ✓ Comprovante de Endereço, fl. 42;
- ✓ Projeto Político Pedagógico, fls. 43/75;
- ✓ Ata de Aprovação do PPP, fl. 76;
- ✓ Regimento Escolar, fls. 77/117;
- ✓ Currículo Referência, fls. 118/156;
- ✓ Ata de Aprovação do Regimento Escolar, fl. 157;
- ✓ Calendário Escolar, fl. 158;
- ✓ Planta Baixa, fl. 159;
- ✓ Descrição do Espaço Físico, fls. 160/164;
- ✓ Termo de Habite-se, fl. 165;
- ✓ Alvará de Localização e Funcionamento, fl. 166;
- ✓ Ficha de Atividade Econômica, fl. 167;
- ✓ Alvará da Vigilância Sanitária, fls. 168/169;
- ✓ Certificado do Corpo de Bombeiros, fl. 170;
- ✓ CNPJ, fl. 171;
- ✓ Nominata Administrativa e Docente, fl. 172;

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044000259**DE: 20/01/2017****INTERESSADO: Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira****ASSUNTO: Autorização**

- ✓ Currículos e Documentos Pessoais e Diplomas, fls. 173/215;
- ✓ Laudo Técnico, fls. 216/221;
- ✓ Planilha de Frequência dos Alunos, fls. 222/224;
- ✓ Descrição do Ambiente, fls. 225/226;
- ✓ Número de Alunos por Sala, fl. 227.

2. Análise

A **Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira** requer a validação de estudo, o credenciamento e a autorização de funcionamento da educação infantil. Vale lembrar que a unidade começou a ministrar aulas a partir do ano de 2016.

A unidade dispõe de uma recepção, sanitários para os funcionários e para as crianças, salas multiuso, sala para o funcionamento do berçário, pátio coberto, área de lazer com brinquedos para as crianças, brinquedoteca/sala de leitura, dentre outros ambientes.

Segundo as informações contidas no laudo técnico da Subsecretaria e nos demais documentos anexados aos autos, foi constatado que a unidade escolar não atende plenamente os seguintes itens:

1. Das 02 turmas ativas 01 ultrapassa o número de alunos permitido em lei, contrariando o disposto no artigo 34 da Lei Complementar N. 26/1998.
2. Relacionado ao acervo, na fl. 162 informaram o acervos pedagógicos, porém não foi informado o número total de exemplares.

O Regimento Interno da unidade escolar não apresenta flagrantes impropriedades, mas é importante ressaltar que o Conselho Estadual de Educação não aprova regimentos escolares e nem os projetos pedagógicos das escolas, tarefa coletiva e exclusiva da comunidade escolar (alunos, professores, servidores e pais), nos termos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Nacional nº 9.394/1996 – LDB e da Instrução Normativa CEE/GO Nº 01/2013. Sobre estes documentos o Conselho

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044000259

DE: 20/01/2017

INTERESSADO: Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira

ASSUNTO: Autorização

Estadual exerce o controle de legalidade, assim estes documentos não podem, em nenhum dos seus artigos, contrariarem a legislação em vigor sob pena de nulidade.

3. Voto

Com base na documentação que instrui os autos, vota-se por:

- **Validar** os atos pedagógicos regulares praticados pela **Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira**, localizada na Av. Paranaíba, S/N, Setor Serra Azul, Buriti de Goiás/GO, referentes à oferta da educação infantil, de janeiro de 2016 até a presente data.
- **Credenciar a Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira**, como instituição de ensino da educação básica, até 31 de dezembro de 2020.
- **Autorizar** o funcionamento da educação infantil, da referida instituição de ensino, até 31 de dezembro de 2020.
- **Determinar** que a instituição, durante o período de autorização, cumpra, na íntegra, as exigências abaixo descritas e comprove, no próximo processo de renovação, que cumpriu tais exigências:
 - ✓ **Adequar o número de alunos por sala conforme determina o Art. 34, da Lei Complementar N. 26/98:**

“Art. 34 - A relação adequada entre o número de alunos e o professor, na rede pública e na educação infantil e ensino fundamental da rede privada deve levar em conta as dimensões físicas das salas de aula, as condições materiais dos estabelecimentos de ensino, as necessidades pedagógicas de ensino e aprendizagem, visando à melhoria da qualidade do ensino e, também, ao máximo de: a) 25 alunos para a pré-escola; b) 30 alunos para as duas primeiras séries

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044000259

DE: 20/01/2017

INTERESSADO: Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira

ASSUNTO: Autorização

do ensino fundamental; c) 35 alunos para as terceiras e quartas séries do ensino fundamental; d) 40 alunos para as quinta a oitava séries do ensino fundamental e para o ensino médio. § 1º - Os critérios para definição da relação do número de criança/adulto serão, nas creches, definidos pelo Conselho Estadual de Educação. § 2º - Estabelece-se como critério, para a definição das dimensões físicas adequadas, o espaço de 1,2 m² e 2,5 m² para o professor, ressalvando-se os limites acima. § 3º No ensino médio, da rede privada, a relação adequada entre o número de alunos e o professor atenderá aos requisitos constantes do caput e, também, ao máximo de 50 (cinquenta) alunos."

- ✓ **Apresentar** proposta de trabalho visando incluir no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, a ser enviado a este Conselho, antes do término do próximo semestre, em que conste a metodologia, o trajeto ou o percurso que a escola fará para cumprir a Resolução CEE/CP N. 03/2009. Esta Resolução estabelece normas para a inclusão, no Sistema Educativo do Estado de Goiás, das disposições das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2005, que tratam da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática "História e Cultura Afro Brasileira e Indígena".

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044000259**DE: 20/01/2017****INTERESSADO: Creche Municipal Edileusa Maria Pulquério Vieira****ASSUNTO: Autorização**

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)"

✓ **Apresentar a nominata do corpo docente no 2º semestre.**

É o voto.

Plenário da Câmara de Educação Básica do Conselho de Estadual de Educação aos 05 dias do mês de maio de 2017.



Iêda Leal de Sousa
Conselheira Relatora

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

APROVADO POR: Unanimidade
DATA: 27/2/2017
LOCAL: 05 maio 2017
ASSINATURA: [Assinatura]